

SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Lagoa Santa, 18 de junho de 2018

À
À Empresa
BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 18.269.125.0001-87
Representante legal: Geraldo Magela de Oliveira

Senhor Representante,

O Município de Lagoa Santa/MG, por intermédio da Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF comunica, pelo presente, aplicação de **Sanção Administrativa** contra a empresa **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** pelo descumprimento de obrigações assumidas por meio do Pregão Presencial nº 044/2017, Ata de Registros de Preços - ARP nº 009/2017 de acordo com os fatos e fundamentos expostos a seguir.

Considerando Comunicação Interna - CI nº 79/2018/SMS de 26 de fevereiro de 2018, que denuncia o descumprimento de cláusula contratual por parte da contratada, no que concerne ao prazo de entrega dos medicamento constante na ordem de fornecimento de nº: 641.

Considerando que os argumentos elencados na defesa prévia apresentada pela empresa face ao recebimento de Notificação, enviada pela COPECAF, foram refutados pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo esta se posicionado pelo prosseguimento do processo punitivo instaurado.

Tendo em vista que a aquisição do medicamento em questão é destinado a atendimento de processo judicial e, conforme comprovado nos autos, a entrega deste se deu com atraso de 14 (quatorze) e 23 (vinte e três) dias, considerando que os itens foram entregues de forma parcelada.

Diante dos fatos e em conformidade com o Processo Interno nº 1539/2018, respaldada na previsão constante na cláusula 30ª da referida ARP, no Decreto Municipal nº 2.260/2012 e na Lei Federal nº 8666/93, a Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores define pela aplicação da sanção de **MULTA**, em desfavor da empresa **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**.

- **MULTA: R\$ 67,48 (Sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos)**

Havendo interesse em requerer vistas ao processo, faz-se necessário o agendamento, pelo representante legal da empresa, junto à Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores.

Em cumprimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, para apresentação de Recurso Administrativo.

Atenciosamente,

Adriana Souza Batista
Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF